

A extração florestal é um fenômeno que acompanha a ocupação do território brasileiro desde o início de sua colonização. O impacto do desmatamento nos biomas brasileiros vai muito além da perda da biodiversidade, a alteração da cobertura vegetal de uma bacia hidrográfica altera sobremaneira a qualidade da água e o regime de vazão dos corpos hídricos, aumentando substancialmente os gastos com tratamento da água para abastecimento urbano e em programas de combate a secas e inundações. Por isso é de fundamental importância que as políticas públicas voltadas à conservação e fiscalização dos ambientes naturais sejam sempre incentivadas e adotadas por todos os setores da sociedade, pois implica não somente na manutenção da riquíssima biodiversidade brasileira mas, sobretudo, na preservação qualitativa e quantitativa dos nossos mananciais hídricos.

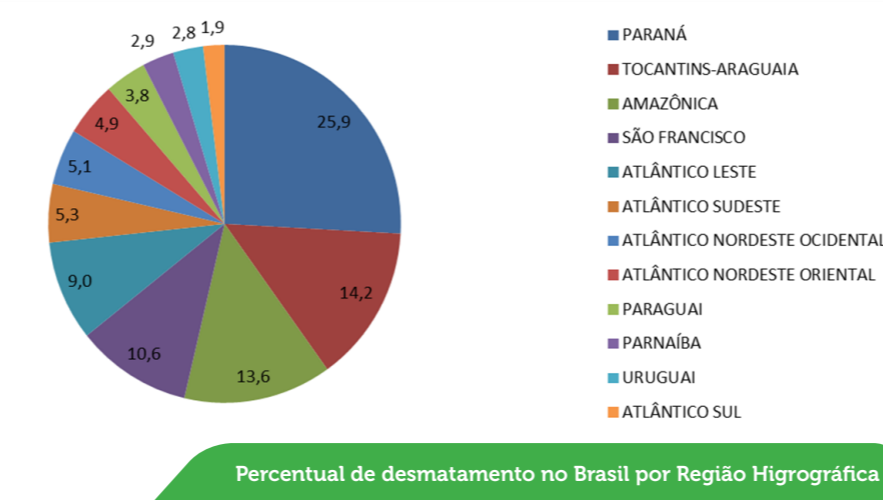
O monitoramento do desmatamento nos biomas brasileiros teve início em 1988 quando o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE –, por meio do projeto Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite – PRODES –, começou a calcular as taxas anuais de desflorestamento do bioma Amazônico. A metodologia empregada na detecção de áreas desflorestadas pelo projeto PRODES se aprimora constantemente e, desde 2002, além das taxas anuais de desflorestamento, o INPE disponibiliza as imagens digitais dos sensores orbitais utilizadas no monitoramento, bem como os polígonos das áreas desflorestadas no ano anterior. Hoje, qualquer usuário com acesso a internet e com um conhecimento básico em Sistemas de Informações Geográficas tem em mãos um poderoso banco de dados geográficos multitemporal sobre o avanço do desmatamento na Amazônia brasileira nos últimos 25 anos.

Devido ao sucesso do programa PRODES, que ao longo dos anos foi se mostrando um importante e valioso instrumento para tomada de decisão em políticas públicas voltadas a conservação e fiscalização da Amazônia e, ciente da relevância dos demais biomas brasileiros, em 2009 foi iniciado um projeto de monitoramento destes. O Projeto foi denominado Monitoramento dos Biomas Brasileiros por Satélite – PMDBBS – e executado pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – SBF/MMA –, com apoio financeiro da Agência Brasileira de Cooperação – ABC –, do Programa das Na-

ções Unidas para o Desenvolvimento – PNUD – e cooperação técnica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA –. O PMDBBS quantificou desmatamentos de áreas com vegetação nativa nos biomas Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal.

A exemplo do PRODES, o PMDBBS disponibiliza no sítio eletrônico do IBAMA as taxas anuais de desmatamento, os polígonos das áreas desmatadas e as imagens digitais utilizadas na detecção do desmatamento. Por se tratar de um projeto recente, lançado em 2009, ainda não dispõe de uma série temporal tão longa quanto a do PRODES, mas já oferece um ótimo panorama do estado de conservação e conversão da cobertura da terra nativa dos nossos biomas.

Os níveis de agregação dos dados de área desmatada correspondem aos biomas, estados e municípios. Neste Atlas, a fonte de informação foi agregada para o território das Regiões Hidrográficas. O ano de referência corresponde a 2009, que possui dados mais atualizados para todos os biomas.



Considerando o percentual total desmatado em cada uma das Regiões Hidrográficas, a Região Hidrográfica do Paraná, que compreende o meio-oeste dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná, sudeste de Goiás e leste do Mato Grosso do Sul, onde a agricultura intensiva e em larga escala é um dos principais motores da economia, lidera o ranking com 83,25% da área total desmatada. Logo em seguida, com 69,73%, 66,19%, 52,10% e 48,72% de sua área desmatada, vêm as Regiões Hidrográficas do Atlântico Sudeste, Leste, Nordeste Ocidental e Oriental, respectivamente. Tais regiões apresentam altas densida-

des populacionais e sua ocupação é mais antiga, estando localizadas próximo ao litoral.

Se a facilidade de colonização em decorrência da proximidade do Oceano Atlântico e da abundância de recursos naturais foi determinante para o desmatamento do bioma Mata Atlântica e das Regiões Hidrográficas do Atlântico, o mesmo pode-se dizer em relação ao rio São Francisco e sua Região Hidrográfica. O maior rio exclusivamente brasileiro foi o grande indutor da colonização de parte do nordeste brasileiro e às suas margens surgiram grandes cidades, cinco hidroelétricas de grande porte foram construídas em seu leito e, em período mais recente, a agricultura cresceu exponencialmente. Isso explica, em grande parte, o porquê de quase metade da sua vegetação nativa, 47,29%, ter sido desmatada até 2009.

As Regiões Hidrográficas do Uruguai, Tocantins-Araguaia, Atlântico Sul, Paraguai, Parnaíba e Amazônica contam com percentuais desmatados abaixo de 45%. Mas se em valores relativos a bacia do Tocantins-Araguaia e, principalmente, a Amazônica não estão entre as mais desmatadas, em valores absolutos elas estão em segundo e terceiro lugares em área total desmatada perdendo apenas para a Região Hidrográfica do Paraná que sozinha contribui com 25,9% da área total desmatada no país.

A Região Hidrográfica Amazônica é um caso ímpar, ocupando quase metade do território nacional é a última grande fronteira agrícola do país, que começou a ser explorada efetivamente apenas nos últimos 35 anos. Entretanto, se 10% de área desmatada parece pouco em termos percentuais, isso representa uma área de 383.577 km<sup>2</sup>, maior que o território da Alemanha e 13,6% da área total desmatada no Brasil.

